É preciso autocrítica... ainda há tempo para ocupar o lugar certo da história!

COLETIVO JUDICIÁRIO PROGRESSISTA

INTRODUÇÃO - JUNHO DE 2013

Junho de 2013 foi um momento especial na conjuntura: um "grande tsunami" político, que começou com parte da esquerda nas ruas e acabou hegemonizado pelas forças conservadoras, desdobrou-se em várias outras manifestações, embates e lutas. Três importantes batalhas foram travadas após esse período: eleições de 2014 (tendo a vitória as forças progressistas), Golpe de 2016 e Prisão de Lula (quando as forças conservadoras venceram). Há uma última batalha, contudo, de grande impacto social, que se abriu a partir dos fatos de junho de 2013: as eleições de 2018. Legitimar ou não o golpismo está no centro do debate político e precisamos ter claro o que queremos enquanto servidoras e servidores do PJU.

O COLETIVO JUDICIÁRIO PROGRESSISTA DIANTE DO GOLPE

Em abril de 2016 a presidenta eleita com mais de 54 milhões de votos, Dilma Rousseff, era afastada pela Câmara de Deputados em um processo flagrantemente ilegal; um impeachment sem responsabilidade. Diante disso, e apesar das críticas variadas quanto à atuação dos Governos Lula/Dilma, o Coletivo Judiciário Progressista se uniu, sem vacilar, na defesa da legalidade e da democracia. Entendemos que não houve lastro jurídico para o pedido de impeachment; que aspectos políticos não podem substituir os requisitos jurídicos nesta hipótese e que o encerramento de um governo democraticamente eleito sem crime comprovado constitui um GOLPE contrário à nossa ainda frágil democracia. Em que pese este golpe tenha sido movido por parcelas das instituições, como o Sistema de Justiça (Judiciário, MP e Policia Federal) e o Parlamento, além da mídia e do patronato que os movem, a utilização das instituições públicas com desrespeito às regras estabelecidas, apenas para atingir os objetivos dos agentes políticos interessados, avilta também as próprias instituições per si.

Durante a luta política que antecedeu ao golpe midiático-parlamentar-jurídico, o Coletivo Judiciário Progressista, formado durante a greve do Judiciário Federal em 2015, alertou (e fez a luta nas ruas) para os retrocessos que este atentado à democracia representaria à emancipação do povo brasileiro, com a aplicação do programa neoliberal puro (afinal, este foi o grande motivo do Golpe!), contrapondo-se ao discurso despolitizado e udenista utilizado por parte da então diretoria do Sintrajud/ LutaFenajufe, expresso na palavra de ordem "Fora Todos". Infelizmente para todos nós, as previsões se confirmaram, em uma velocidade e intensidade poucas vezes vista no conturbado período republicano.

CARACTERÍSTICA DOS GOLPES DE NOVO TIPO

Aqui, vale nos debruçarmos um pouco mais sobre o caráter do Golpe. De fato, o golpe de 1964, com todo o planejamento e envolvimento de aparatos estratégicos estadunidenses, como hoje restou comprovado, foi o precursor de uma sequência golpista que se reproduziu no ano seguinte na Indonésia e em diversos países de nosso continente. Materializou a grande estratégia de Estado dos EUA deixando marcas profundas, especialmente em nossa região. Os que acharam que o golpe militar era um mero evento passageiro, que retomaria o curso democrático em 1966, pagaram caro pelo erro. O aparato de Estado usado em todos estes golpes foram as forças armadas, derrubando governos democraticamente eleitos. com todas as consequências repressivas que até hoje lutamos para conhecer.

No entanto, a atual ofensiva patrocinada pela mesma conjunção de forças econômicas, classes e frações de classe envolvidas nos golpes das décadas de 60 e 70, apesar dos vários elementos comuns, como a utilização da alta classe média como base social (que acaba conduzindo a classe média como um todo) e do tema da corrupção como pretexto mobilizador, tem sua principal diferença no aparato de Estado envolvido. Já não são os militares, mas parcelas da polícia federal, do ministério público e do Poder Judiciário, que representam o braço estatal do golpe, tendo como centro articulador um poderoso e concentrado grupo midiático.

Estamos enfrentando um novo processo que já começa a ser chamado de "golpes do século XXI" ou neogolpismo. Experimentado em Honduras, Paraguai, enriquecido com experiências adquiridas na Geórgia e Ucrânia, mas tendo seu modelo mais aperfeiçoado em nosso país. As forças armadas

seguem mantendo um papel auxiliar, como reserva e eventual suporte (como podemos ver no julgamento sobre a presunção de inocência com a declaração do general reprovando decisão que poderia levar a liberdade de Lula), não mais como agente principal. Compreender esse processo, sua dimensão e impactos sociais e estruturais, bem como seu provável roteiro, é fundamental para enfrentar um novo período histórico que ele tenta estabelecer.

Os novos golpes se inserem numa ofensiva que integra o esforço da grande estratégia estadunidense para manter sua hegemonia política, econômica e militar.

Destaquemos que o aspecto parlamentar dos novos golpes, que consuma a substituição do governo pela via não eleitoral, é um período decisivo, mas momentâneo, já que o processo golpista prossegue construindo medidas amparadas juridicamente para violentar uma provável oposição eleitoral e solapar a resistência social. Os agentes principais do neogolpismo não são os parlamentares, mas as parcelas de forças policiais, ministério público e o Poder Judiciário, articuladas com o monopólio midiático, pelos interesses de classe da frente neoliberal. É preciso ter a clareza desta característica.

Na medida em que as forças golpistas se apropriam, especialmente através da pressão midiática, da maioria dos integrantes da principal corte de justiça, estes asseguram interpretações partidárias da Constituição, garantindo o controle político e prescindindo da disputa político-democrática. Para tanto, contam com os interesses coorporativos do próprio Poder Judiciário, bem como sua composição de classe.

Nos atuais golpes as representações políticas são descartáveis. O que importa é assegurar o conjunto de medidas, principalmente econômicas, que beneficia a conjunção de classes e frações do golpe. Se, para consumar seus objetivos, o custo for "cortar as cabeças" dos que sempre foram representantes históricos do grande capital rentista, não haverá nenhum pudor. O que importa é dar seguimento e aprofundar as medidas econômicas e políticas "do programa do golpe".

Assim, apoiando-se centralmente no aparato judiciário, o novo tipo de repressão busca criminalizar lutadores populares e seus aliados, capitulando suas condutas como crimes comuns, com especial foco para a corrupção. As formas vão sendo aperfeiçoadas a cada nova megaoperação da Polícia

Federal. Superdimensionamento de brechas efetivamente existentes, seletividade no tratamento, mecanismos institucionais de coação de testemunhas e outros acusados, teoria do domínio do fato, destruição pública da imagem, construção da narrativa de desmonte de "uma imensa teia de corrupção que sangrava o país". Um amplo arsenal que vai se consolidando através de parcelas do Poder Judiciário, alimentado pela mídia, que ao ter cumprido suas tarefas centrais - impeachment de Dilma e prisão de Lula - pode prosseguir mesmo enfrentando baixa popularidade, fazendo com que os meios usuais de denúncia do campo progressista, como escrachos e atos públicos, tenham pouca ou quase nenhuma eficácia.

Este novo formato repressivo se complementa com medidas que esvaziam as fontes de custeio do movimento sindical, como o fim abrupto da contribuição sindical compulsória. Da noite para o dia, centenas de direções sindicais assistem ao desmonte de sua estrutura, lançando-se desesperadamente à sobrevivência de seus aparatos, paralelamente à resistência ao golpe.

Estima-se que prosseguirá a repressão, criminalizando lutas e militantes, bem como estímulo a grupos reacionários e possíveis ações paramilitares. Impulsionada pelo discurso fascistizante de ódio, alimentado no bojo do fortalecimento ideológico de grupos de extrema direita.

AUTOCRÍTICA DE QUEM, CARA-PÁLIDA?

Fala-se muito que é preciso autocrítica de parte da esquerda, mas fica a reflexão em qual momento as forças que se alinharam no coro de fortalecimento da Lava-jato, apoio ao Golpe e, consequentemente, o desmonte de direitos trabalhistas, direitos sociais, esfacelamento da Petrobrás e da própria estrutura Constitucional do país **farão sua autocrítica**.

O país está em um momento de agonia! Quase toda estrutura social que vinha sendo construída e consolidada já foi desmantelada em dois anos de Golpismo. A indústria nacional foi destruída, e com a entrega de nossos recursos naturais em breve voltaremos a ser meros fornecedores de matérias-primas. Neste cenário ainda há espaço para defesa de uma operação como a Lava-Jato? Quem realmente foi beneficiado neste

processo? Houve mesmo algum progresso no combate à corrupção? Os grandes corruptos de sempre foram afetados? A questão era mesmo a corrupção?

Além disso, não podemos deixar de destacar a intervenção militar no RJ e o assassinato da militante Marielle Franco. Estes dois casos são simbólicos da força neoliberal pós golpe, pois traz os militares para o centro da política de segurança e tira a vida de uma mulher, negra, oriunda das classes populares, mas principalmente de esquerda/ antineoliberal!

Não podemos também fechar os olhos para os avanços de pautas machistas, racistas e LGTBfobicas, com avanço da concepção da "escola sem partido", tendo o próprio golpe um caráter misógino.

Especificamente sobre o desmonte do serviço público, houve neste curto período a aprovação da PEC do limite aos gastos sociais (PEC da morte), a Reforma (Desmonte) da legislação trabalhista e regulamentação da terceirização para toda e qualquer atividade da empresa e do serviço público, os ataques à Previdência Social, a mitigação ao direito de greve após decisão do STF, o fim da política de valorização do salário mínimo e o rebaixamento do papel antes exercido pelos bancos públicos, sendo que as ameaças sobre a reforma da previdência e estabilidade ainda continuam fortes! Poderíamos passar o dia listando os descalabros provocados pelo governo golpista.

Como era de se esperar, a população não aprova essa política e Michel Temer ostenta índices pífios de aprovação. O mesmo se repete com os précandidatos à presidência da República que se associaram ao projeto neoliberal. E há setores ditos de esquerda que fazem equiparações dos Governos Lula/Dilma com os de FHC/Temer, como se fossem meras continuidades...!!

Se parte da esquerda tivesse compreendido a armadilha que estava por trás do debate moralista de combate à corrupção e demonização da outra parte muito coisa seria evitada. Nunca é demais lembrar que o discurso moralista fortalece as forças ultradireitistas com nuances fascistas. A pergunta que fica é: qual a relevância do dinheiro que informam ter sido recuperado na malfadada Operação Lava-Jato diante da entrega criminosa do nosso Présal? Qual a reforma política estruturante que se fez diante do sempre denunciado financiamento empresarial de campanha?

LULA - PRESO POLÍTICO?

Preso político, no Brasil, existe desde a época de Getulio, passando pelo período da Ditadura Militar. Tem-se tradicionalmente um preso político quando alguém é encarcerado como forma de repressão às liberdades de pensamento, consciência, religião, expressão e informação, ou seja, prisioneiro de consciência. É aquele que tem sua liberdade restrita por expressar qualquer opinião que honestamente tenha e que não defenda nem permita a violência pessoal. Ou ainda, como é usualmente admitido na Europa, se a sua detenção for resultado de procedimentos injustos e isto estiver relacionado a motivações políticas de autoridades.

Ora, "a prisão do ex-presidente Lula decorre de um procedimento manifestamente injusto e ilegal, onde foram violadas regras de definição do juízo competente, o direito a um julgamento por um magistrado imparcial e, o ponto mais grave, a ausência de provas que amparassem um juízo condenatório, conforme reconhecido pela maciça comunidade jurídica nacional.

Diversos foram os episódios nos quais pôde ser identificada uma motivação política nos atos da autoridade que conduziu o processo, porém **os dois mais sintomáticos** são a divulgação de conversas telefônicas entre o expresidente Lula e a então presidenta Dilma Rousseff, e a celeridade incomum para decretar a prisão após o julgamento do *habeas corpus* 152.752 pelo Supremo Tribunal Federal.

Dentro desse mesmo contexto está a decisão da ministra Carmen Lúcia de levar a julgamento o referido *habeas corpus* e não as Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, que tratam do mesmo tema e poderiam ensejar resultado oposto para a questão da execução antecipada da pena. Com isso, houve uma "fulanização" do debate, fornecendo ainda mais combustível para enxergar motivações políticas na atuação do Poder Judiciário.

Uma nota característica das prisões políticas é que, invariavelmente, buscase conferir ares de legalidade e legitimidade ao ato de força. Sob o signo de efetivar a persecução penal de crimes comuns, esconde-se a real motivação das medidas, de cunho político. Em igual (des)medida, as recentes e reiteradas violações aos direitos de Lula enquanto preso, notadamente a visita de amigos e a assistência religiosa. Como já alertava Benenson no histórico artigo de 1961, "o que importa não são os direitos que existem no papel na Constituição, mas se eles podem ser exercidos e são feitos cumprir na prática. Há uma tendência crescente em todo o mundo para disfarçar os verdadeiros motivos pelos quais os 'inconformistas' são presos".

Não há quem verdadeiramente acredite que uma reforma de apartamento (jamais solicitado ou recebido) é o verdadeiro motivo pelo qual o expresidente Lula está preso. No afã de ter político preso, a Operação Lava Jato criou um preso político, Luiz Inácio Lula da Silva!", https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-um-preso-politico

O QUE FAZER?

As forças conservadoras não deram um golpe em 2016 para devolver o poder com legitimação popular a Lula dois anos depois. Por isso, a prisão do ex-presidente, atropelando os princípios do devido processo legal e mudando jurisprudência histórica do STF sobre a presunção de inocência apenas para se encaixar ao caso concreto, numa velocidade "nunca vista neste país", faz parte da estratégia de inviabilizar eleitoralmente a principal liderança popular do país e legitimar o Golpe nas urnas.

No roteiro do golpe de Estado, a essa altura dos acontecimentos, com todos os ataques sofridos pelo sistema político e midiático, o ex-presidente não deveria estar liderando as pesquisas de intenção de voto, e os movimentos sociais e sindicatos deveriam estar totalmente desmobilizados. Porém, mesmo com dificuldades, foram formadas na resistência ao Golpe duas Frentes que, atuando em conjunto, vêm resistindo ao Estado de Exceção imposto por nossa elite rentista: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo.

Nós, do Judiciário Progressista, não desprezamos a luta institucional, mas avaliamos que o principal combate a ser travado é nas ruas, junto aos movimentos sociais/sindicais. Precisamos retomar o trabalho de base, falar para fora da **bolha do Judiciário e da esquerda**, ou seja, sair de nossa zona de conforto e dialogar com os diversos setores da sociedade, formando uma rede que, apesar das diferenças, tenha em comum o objetivo

de combater o imperialismo, o neoliberalismo e conter a onda conservadora, que não é um fenômeno apenas brasileiro, nossos irmãos latino-americanos passam por processos semelhantes ao que vivemos aqui.

É o espírito da luta concreta e de reorganização do poder popular que deve vir à tona, numa ação efetiva (e não performática), exigindo uma reflexão sobre os fundamentos da "práxis".

E O QUE PENSA O COLETIVO JUDICIÁRIO PROGRESSISTA?

Neste sentido, consideramos imprescindível para o restabelecimento da normalidade democrática que o ex-presidente Lula tenha o direito de disputar as eleições de outubro. Que ele seja julgado por quem realmente possui legitimidade: o povo brasileiro!

Diante de tudo o que foi exposto, discordamos frontalmente da postura da Central Sindical Conlutas, que mesmo diante deste cenário de terra arrasada insiste em uma postura sectária e diversionista, recusando-se a participar de atos unificados no combate ao governo golpista e insistindo em um discurso pseudomoralista que não ataca as causas estruturais do neoliberalismo no mundo e na América Latina.

Destaca-se aqui que a divergência é em relação à linha majoritária da Conlutas, mas também com setores da esquerda que lá estão representadas, fazendo uma política de defesa da candidatura de Lula "meramente formal", mas sem mobilizar de fato em prol da derrubada do Golpe. A luta meramente formal tem perspectiva de disputar "um espólio" em vez de ter como prioridade derrotar o inimigo do povo brasileiro: neoliberalismo e o golpismo!

Não há mais espaço para ficar em cima do muro e não reconhecer o grande erro que foi desconsiderar que Dilma e Lula, mesmo com todas suas falhas e erros, sem sombra de dúvidas são responsáveis por períodos de progressos e que os "erros" cometidos não justificam o posicionamento de setores da esquerda diante da ofensiva do Golpe que continua em curso.

Passou da hora de assumir o quinhão de responsabilidade neste processo e tomar posição efetiva na luta contra o Golpe, episódio que levou a crimes de lesa pátria sem precedentes efetivados pelos golpistas.

Além disso, dentro do PJU, convocamos as companheiras e companheiros que tem o entendimento acima "golpe/ preso político/ derrotar do neoliberalismo", que façamos a disputa de mentes e corações dentro da categoria em torno do projeto de nação; a política de "avestruz" com preocupação meramente de manutenção do aparelho do Sintrajud e de parte Fenajufe, num momento crucial destes, só reforça o corporativismo e conservadorismo interno.

Precisamos debater as consequências do neoliberalismo no cotidiano do serviço público, **com autonomia e independência em relação a Governos/ Administração**, sem aparelhismos, tendo como perspectiva a luta pela revogação da EC 95 e da reforma trabalhista, contra qualquer relativização ao direito de greve, à estabilidade e as condições de trabalho, tendo a data-base como perspectiva a curto prazo para a justa e constitucional reposição inflacionária.

Assim, não nos vemos representados por essa Central que caminha celeremente ao isolamento ou até a extinção. Reivindicamos uma unidade mínima em torno de um projeto de combate ao estado de exceção e semilegalidade que vivemos, mas para que essa unidade se concretize é essencial que os colegas do Judiciário Federal repensem a relação com a Conlutas e participem ativamente do esforço representado pela Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo, inclusive tendo como ação prioritária o chamamento da nossa base para a participação de todos os atos, movimentos, seminários, enfim, toda atividade que envolva algum esforço no restabelecimento do Estado Democrático de Direito em nosso país. Como dito anteriormente, precisamos "falar para fora", e isso inclui a nossa base.

De qualquer forma, independentemente das posições tomadas anteriormente o importante agora é tomar todo o acontecido como acúmulo e aprendizado e que, a partir daqui, aja união de forças de todos aqueles que se consideram progressistas e que desejam um país soberano e seguindo no caminho do desenvolvimento novamente.

Não há brechas para vacilos! Ainda há tempo para ocupar o lugar certo da história!

COLETIVO JUDICIÁRIO PROGRESSISTA